

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Institui Apoio Financeiro com o objetivo de enfrentar a calamidade pública e as suas consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul, destinado aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas e aos pescadores e pescadoras profissionais artesanais em municípios em situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo Federal, em razão dos danos significativos à população, à economia e ao meio ambiente.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Prestar apoio Financeiro com o objetivo de enfrentar a calamidade pública e as suas consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul, destinado aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas e aos pescadores e pescadoras profissionais artesanais em municípios em situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo Federal.

3. Alternativas existentes às medidas propostas:

Não há.

4. Custos:

Não se aplica.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

Trata-se de medida emergencial para enfrentamento de consequencia em razão de calamidade pública.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

Não se aplica.

7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual

De acordo com o prosseguimento da proposta.

Texto Proposto

De acordo com o prosseguimento da proposta.

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

Não há óbice jurídico.